



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

# PRESTAÇÃO DE CONTAS

## 2021

## ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA - APCL

[www.apcl.org.pt](http://www.apcl.org.pt)



*Handwritten notes:*  
 P ef  
 AL  
 CL

## ÍNDICE

<b>1.</b>	<b>APRESENTAÇÃO DAS CONTAS .....</b>	<b>1</b>
1.1.	ANÁLISE GLOBAL DOS RESULTADOS .....	1
1.2.	ANÁLISE DOS RENDIMENTOS.....	1
1.2.1.	<i>Serviços prestados</i> .....	3
1.2.2.	<i>Subsídios, doações e legados à exploração</i> .....	4
1.2.3.	<i>Outros rendimentos</i> .....	4
1.3.	ANÁLISE DOS GASTOS .....	4
1.3.1.	<i>Fornecimentos e serviços externos</i> .....	6
1.3.2.	<i>Gastos com pessoal</i> .....	7
1.3.3.	<i>Depreciações e amortizações</i> .....	8
1.3.4.	<i>Outros gastos</i> .....	8
1.3.5.	<i>Gastos com financiamento</i> .....	9
1.4.	FINANCIAMENTO.....	9
1.5.	ESTADO.....	10
1.6.	ANÁLISE DOS RÁCIOS DE DESEMPENHO .....	10
<b>2.</b>	<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>12</b>
	<b>ANEXOS E NOTAS EXPLICATIVAS.....</b>	<b>18</b>
<b>3.</b>	<b>PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....</b>	<b>36</b>

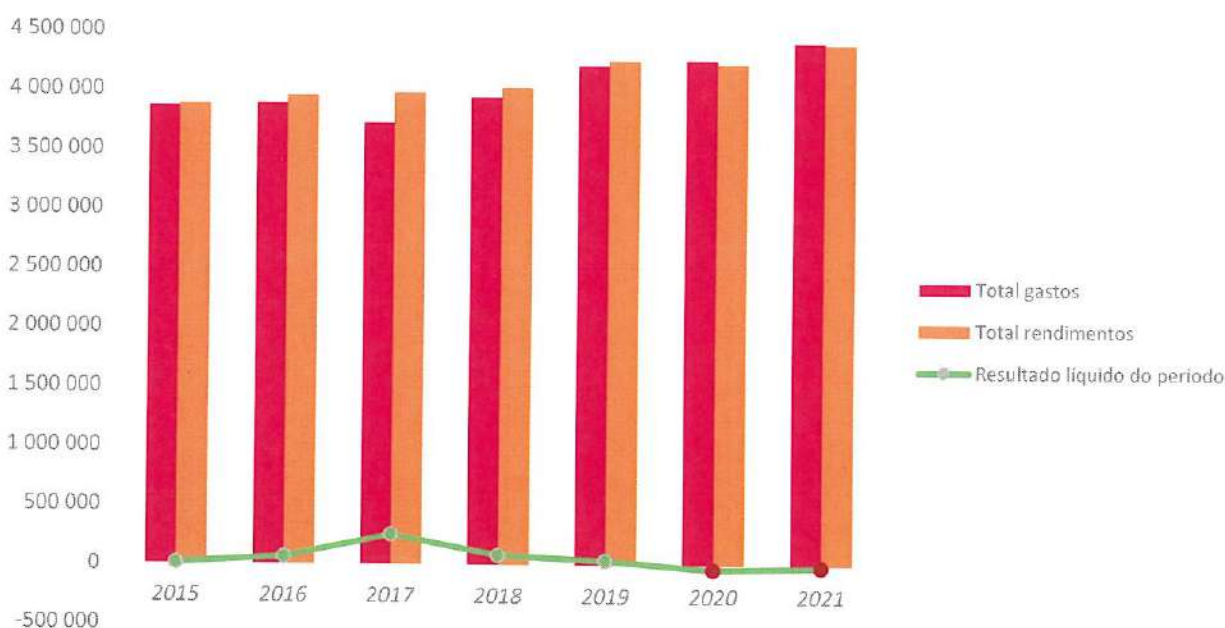
# 1. APRESENTAÇÃO DAS CONTAS

## 1.1. Análise global dos resultados

A APCL apresenta no exercício de 2021 um resultado líquido (RL) negativo de 11.731,55€, o que representa uma melhoria em relação ao RL de 2020 (-32.947,04€).

Esta melhoria deveu-se ao aumento de 4% nos Rendimentos, que superou o aumento de 3,4% nos Gastos.

Rubricas	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Total gastos	3 862 956,04	3 883 164,42	3 721 887,32	3 939 847,38	4 212 203,54	4 262 204,19	4 408 119,51
Total rendimentos	3 877 315,55	3 951 949,00	3 977 881,79	4 024 046,66	4 254 499,46	4 229 257,15	4 396 387,96
RL do período	14 359,51	68 784,58	255 994,47	84 199,28	42 295,92	-32 947,04	-11 731,55



## 1.2. Análise dos rendimentos

Os rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do momento do seu recebimento.

À semelhança dos anos anteriores, os rendimentos provenientes de “Subsídios à exploração” representam a maior fatia no total de rendimentos da APCL no ano 2021 (77%). Os “Subsídios à exploração” incluem as seguintes rubricas:

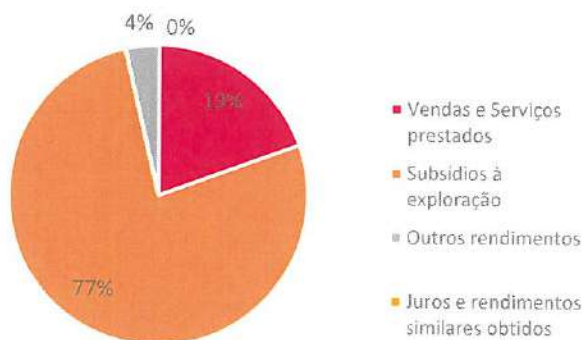
- participações do Instituto de Segurança Social (ISS) relativas aos acordos de cooperação para Lar Residencial, Residências Autónomas, Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão, Creche, Serviço de Apoio Domiciliário, bem como outros subsídios de carácter eventual ou para compensação do impacto provocado da pandemia COVID;
- participações do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) relativas aos cursos lecionados no Espaço 7 Offícios;



*[Handwritten signature]*

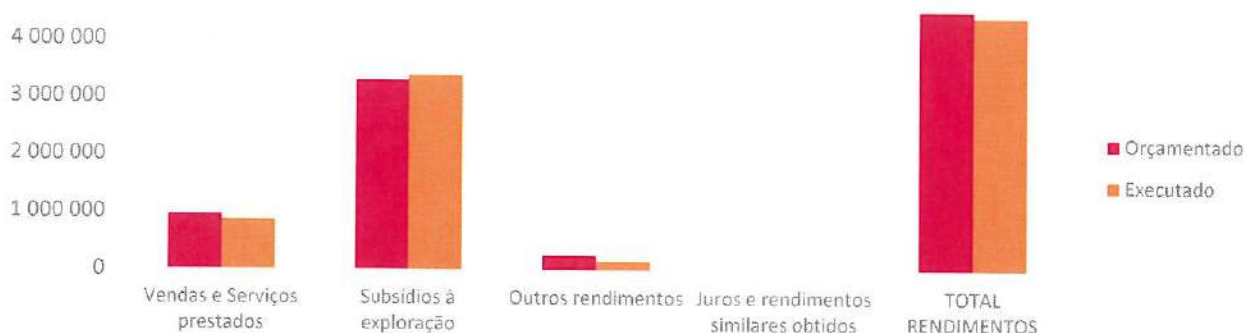
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

- subsídios das autarquias para apoio ao desenvolvimento de atividades regulares, bem como investimentos;
- apoios do Instituto Nacional para a Reabilitação (INR) no âmbito das candidaturas aprovadas no Programa Nacional de Financiamento a Projetos;
- géneros doados pelo Banco Alimentar;
- donativos de empresas e particulares.



Na comparação com o valor previsto no Orçamento de 2021, registou-se um desvio negativo de cerca de 2%, o que representa que os rendimentos totais registados em 2021 ficaram aquém dos rendimentos previstos no Orçamento de 2021. O valor do desvio total foi de -105.328,58€.

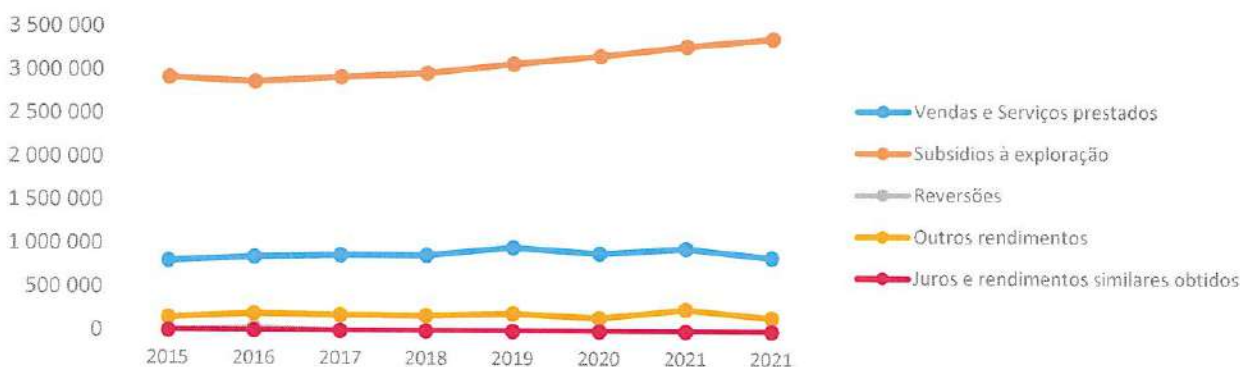
RENDIMENTOS 2021: COMPARAÇÃO ENTRE O ORÇAMENTADO E O EXECUTADO		
Rubricas	Orçamentado	Executado
Vendas e Serviços prestados	958 243,17	857 485,43
Subsidios à exploração	3 290 552,25	3 378 342,80
Outros rendimentos	0,00	0,00
Reversões	252 921,12	160 502,81
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	56,92
<b>TOTAL</b>	<b>4 501 716,54</b>	<b>4 396 387,96</b>



X

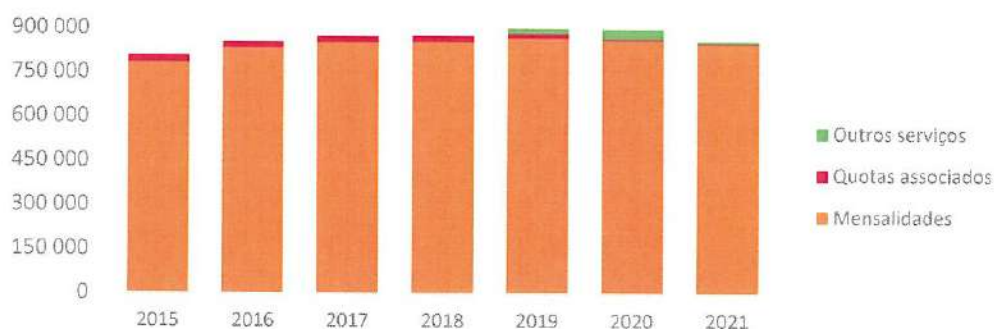
Handwritten notes and signatures in the top right corner.

EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS: 2015 – 2021							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Serviços prestados	808 437,46	853 799,53	872 938,30	874 544,41	967 568,16	898 354,28	857 485,43
Subsídios à exploração	2 916 969,55	2 869 333,75	2 923 790,41	2 971 133,41	3 082 344,50	3 175 749,19	3 378 342,80
Outros rendimentos	151 908,54	196 565,72	181 153,08	178 368,84	204 586,80	155 153,68	0,00
Reversões	0,00	32 250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160 502,81
Juros e rend. obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56,92
<b>TOTAL</b>	<b>3 877 315,55</b>	<b>3 951 949,00</b>	<b>3 977 881,79</b>	<b>4 024 046,66</b>	<b>4 254 499,46</b>	<b>4 229 257,15</b>	<b>4 396 387,96</b>



### 1.2.1. Serviços prestados

SERVIÇOS PRESTADOS							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Mensalidades	784 962,09	833 742,53	853 039,30	854 879,41	868 709,07	861 675,35	848 676,62
Quotas associados	23 475,37	20 057,00	19 899,00	19 665,00	14 725,02	2 440,00	2 670,00
Outros serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	84 134,07	34 238,93	6 138,81
<b>TOTAL</b>	<b>808 437,46</b>	<b>853 799,53</b>	<b>872 938,30</b>	<b>874 544,41</b>	<b>967 568,16</b>	<b>898 354,28</b>	<b>857 485,43</b>



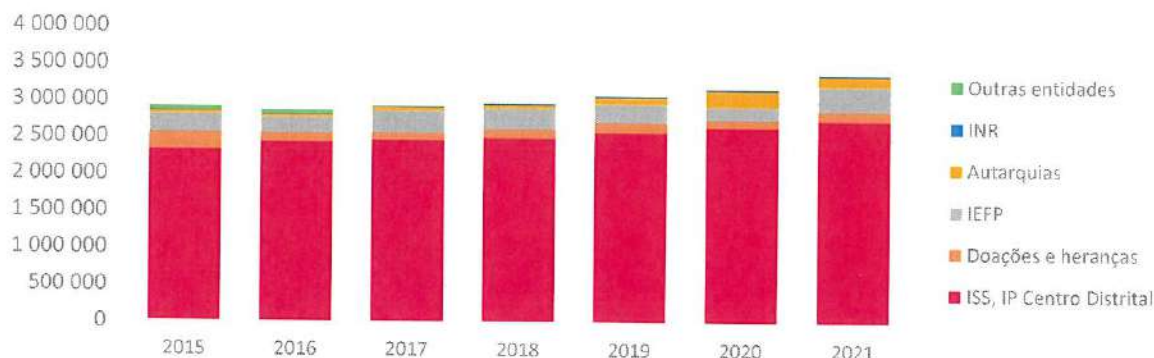


X

ef.  
R  
A  
C

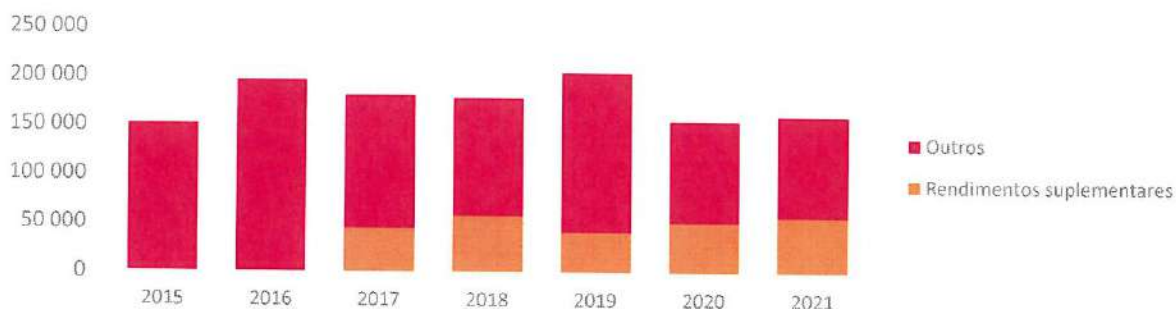
### 1.2.2. Subsídios, doações e legados à exploração

SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
ISS, IP Centro Distrital	2 333 846,56	2 436 214,51	2 468 087,16	2 496 398,43	2 574 198,14	2 646 686,74	2 749 002,34
IEFP	248 264,85	213 450,33	300 910,46	286 826,08	254 789,55	179 237,58	338 338,78
Autarquias	40 332,70	32 099,89	50 401,28	47 699,40	90 504,06	221 097,36	139 926,40
INR	6 315,49	11 132,62	8 775,68	19 736,54	18 781,99	15 921,50	14 849,52
Outras entidades	58 780,47	54 567,00	1 831,20	0,00	3 021,15	5 704,00	5 998,40
Doações e heranças	229 429,48	121 869,40	93 784,63	120 472,96	141 049,61	107 102,01	130 227,36
<b>TOTAL</b>	<b>2 916 969,55</b>	<b>2 869 333,75</b>	<b>2 923 790,41</b>	<b>2 971 133,41</b>	<b>3 082 344,50</b>	<b>3 175 749,19</b>	<b>3 378 342,80</b>



### 1.2.3. Outros rendimentos

OUTROS RENDIMENTOS							
Rubricas	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Rend. suplementares	904,36	1 229,39	44 974,68	58 016,12	41 248,57	51 244,05	57 326,54
Outros	151 004,18	195 336,33	136 178,40	120 352,72	163 338,23	103 909,63	103 176,27
<b>TOTAL</b>	<b>151 908,54</b>	<b>196 565,72</b>	<b>181 153,08</b>	<b>178 368,84</b>	<b>204 586,80</b>	<b>155 153,68</b>	<b>160 502,81</b>



### 1.3. Análise dos gastos

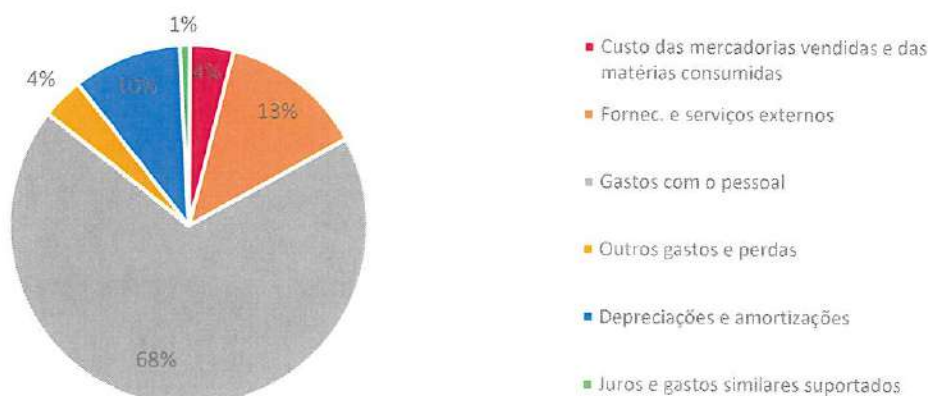
Os gastos são registados no período a que se referem, independentemente do momento do seu pagamento. À semelhança dos anos anteriores, os “Gastos com pessoal” são a componente mais importante no total de gastos da APCL no ano 2021 (68%). Os “Gastos com pessoal” incluem as seguintes rubricas:

- remunerações, que incluem vencimentos base, diuturnidades, subsídio de alimentação, subsídios de férias e de Natal, bem como outros complementos tais como subsídios de turno e isenção de horário;
- indemnizações;

*Handwritten signature and initials*

- encargos sobre as remunerações, nomeadamente a Taxa Social Única;
- seguros de acidentes de trabalho;
- medicina e higiene no trabalho;
- formação profissional;
- outras despesas como vestuário.

Gastos 2021



Na comparação com o valor previsto no Orçamento de 2021, registou-se um desvio negativo de cerca de 2%, o que representa que os gastos totais registados em 2021 ficaram aquém dos gastos previstos no Orçamento de 2021. O valor do desvio total foi de -70.901,41€.

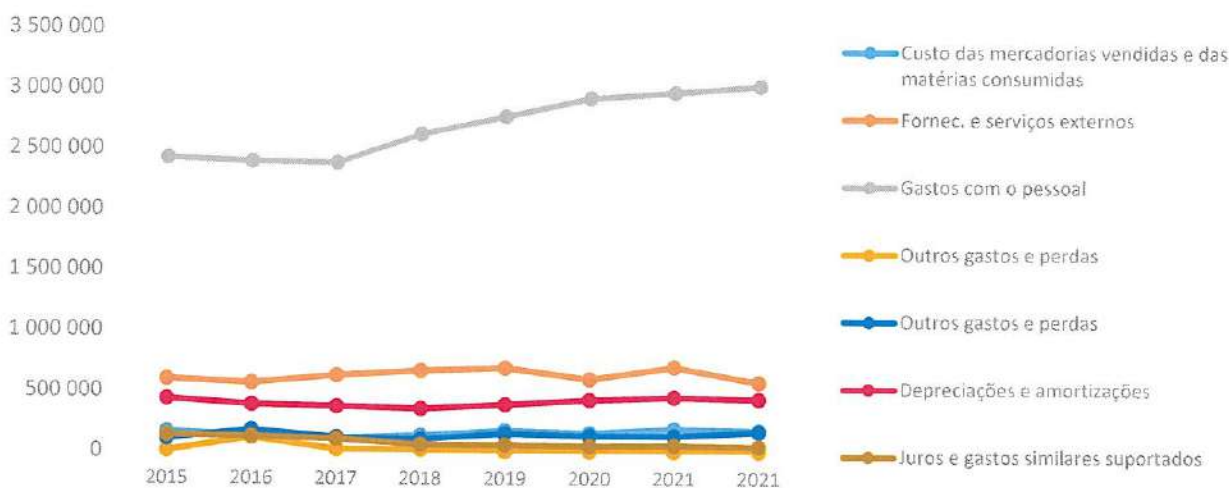
GASTOS 2021: COMPARAÇÃO ENTRE O ORÇAMENTADO E O EXECUTADO		
Rubricas	Orçamentado	Executado
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	186 935,09	172 483,69
Fornecimentos e serviços externos	698 063,34	572 743,45
Gastos com o pessoal	2 968 196,96	3 023 575,72
Outros gastos e perdas	128 149,34	163 889,90
Depreciações e amortizações	447 253,66	433 415,70
Juros e gastos similares suportados	50 422,53	41 664,30
Impostos sobre rendimento	0,00	346,75
<b>Total</b>	<b>4 479 020,92</b>	<b>4 408 119,51</b>





*Handwritten notes:*  
K  
A  
L

EVOLUÇÃO DOS GASTOS: 2015 - 2021							
Rubricas	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Custo matérias consumidas	163 095,07	127 351,57	110 746,34	131 670,96	169 940,99	151 191,72	172 483,69
Fornec. e serviços externos	596 276,19	563 773,86	625 271,64	664 556,68	689 006,88	594 978,43	572 743,45
Gastos com o pessoal	2 426 645,44	2 396 095,03	2 384 277,86	2 622 566,42	2 767 993,60	2 920 886,82	3 023 575,72
Outros gastos e perdas	104 862,25	175 359,42	116 274,33	100 712,62	147 144,95	127 982,75	163 889,90
Depreciações e amortizações	433 136,30	385 447,71	369 042,92	349 859,39	384 947,28	423 802,74	433 415,70
Juros e gastos similares suportados	134 089,06	120 740,38	101 183,66	55 177,79	53 169,84	43 361,73	41 664,30
Impostos sobre rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	346,75
<b>Total</b>	<b>3 862 956,04</b>	<b>3 883 164,42</b>	<b>3 721 887,32</b>	<b>3 939 847,38</b>	<b>4 212 203,54</b>	<b>4 262 204,19</b>	<b>4 408 119,51</b>



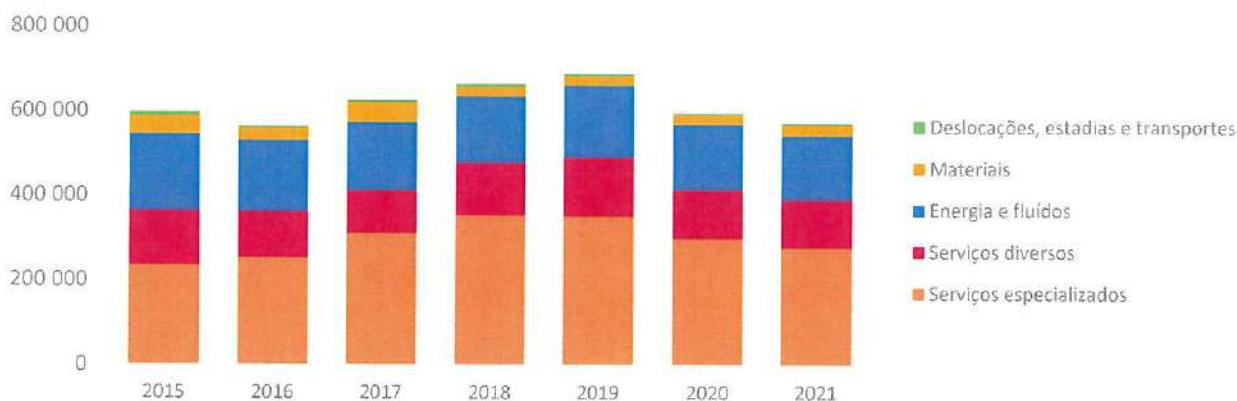
### 1.3.1. Fornecimentos e serviços externos

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS							
Rubricas	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Subcontratos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	492,06
Serv. especializados	234 996,28	251 938,98	310 804,24	353 501,97	352 072,06	299 067,54	277 712,40
Materiais	43 272,85	29 445,63	47 444,37	23 170,22	22 911,42	24 035,61	26 796,01
Energia e fluidos	181 159,30	167 056,11	161 729,94	156 629,40	170 060,03	154 866,25	151 787,50
Deslocações	8 097,79	4 413,25	4 428,81	6 704,28	5 447,02	1 756,61	2 739,38
Serviços diversos	128 749,97	110 919,89	100 864,28	124 550,81	138 516,35	115 252,42	113 216,10
<b>TOTAL</b>	<b>596 276,19</b>	<b>563 773,86</b>	<b>625 271,64</b>	<b>664 556,68</b>	<b>689 006,88</b>	<b>594 978,43</b>	<b>572 743,45</b>



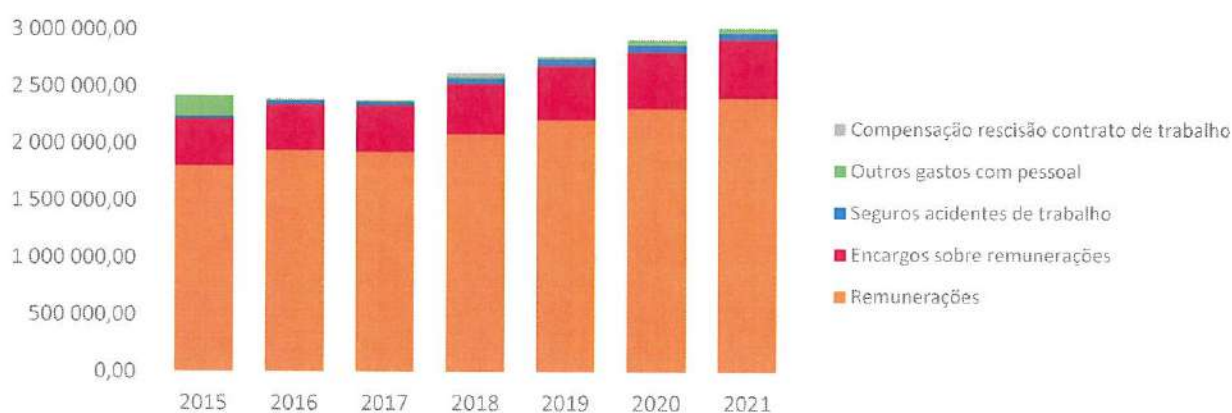
X

W  
et  
A  
e



### 1.3.2. Gastos com pessoal

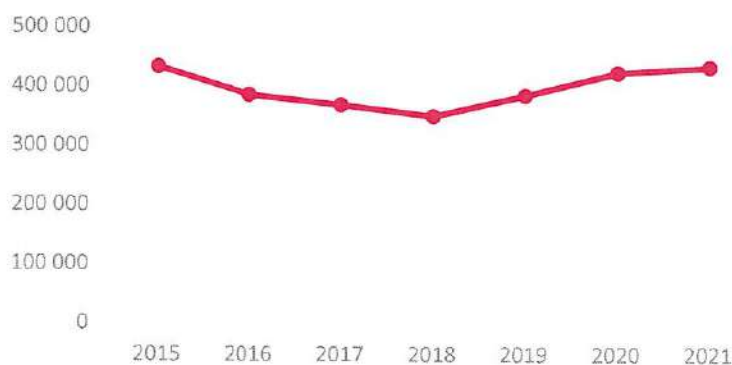
GASTOS COM PESSOAL							
Rubricas	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Remunerações	1 807 227,65	1 940 895,48	1 931 399,74	2 088 661,74	2 213 840,49	2 315 122,87	2 409 187,02
Compensação rescisão contrato	2 200,00	7 357,83	2 420,37	28 990,15	5 573,37	7 118,39	5 700,55
Encargos sobre remunerações	411 052,96	403 707,60	406 709,35	438 699,30	472 420,11	493 486,86	511 588,65
Seguros acidentes de trabalho	24 699,86	34 888,48	32 021,06	51 959,05	62 157,49	63 964,56	57 984,42
Outros gastos com pessoal	181 464,97	9 245,64	11 727,34	14 256,18	14 002,14	41 194,14	39 115,08
<b>TOTAL</b>	<b>2 426 645,44</b>	<b>2 396 095,03</b>	<b>2 384 277,86</b>	<b>2 622 566,42</b>	<b>2 767 993,60</b>	<b>2 920 886,82</b>	<b>3 023 575,72</b>





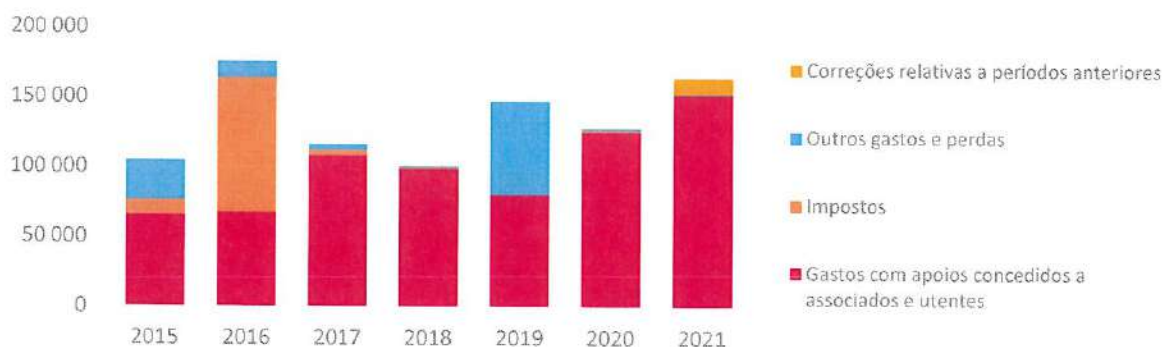

### 1.3.3. Depreciações e amortizações

DEPRECIÇÕES E AMORTIZAÇÕES							
Rubricas	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Depreciações e amortizações	433 136,30	385 447,71	369 042,92	349 859,39	384 947,28	423 802,74	433 415,70



### 1.3.4. Outros gastos

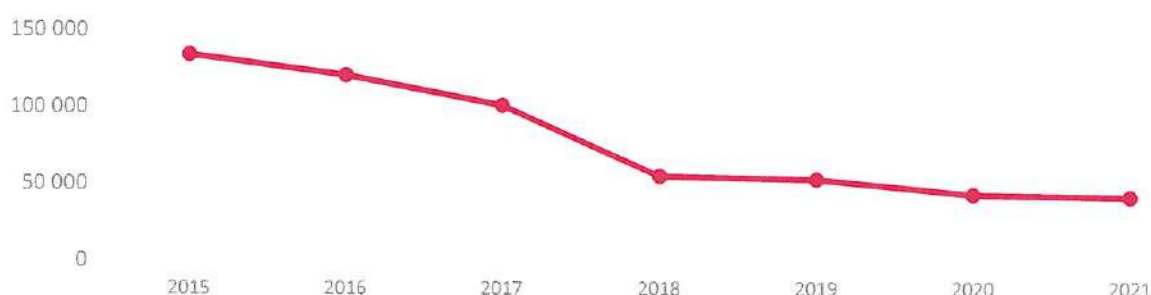
OUTROS GASTOS							
Rubricas	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Impostos	10 397,15	96 416,96	3 630,77	698,92	0,00	1 073,78	199,58
Outros gastos e perdas	28 838,36	11 771,55	4 390,20	1 151,45	66 789,79	1 539,35	596,00
Correções relativas a períodos anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 278,12
Gastos com apoios a associados e utentes	65 626,74	67 170,91	108 253,29	98 862,25	80 355,16	125 369,62	151 816,20
<b>TOTAL</b>	<b>104 862,25</b>	<b>175 359,42</b>	<b>116 274,26</b>	<b>100 712,62</b>	<b>147 144,95</b>	<b>127 982,75</b>	<b>163 889,90</b>



*M. C. A.*  
*Al*

### 1.3.5. Gastos com financiamento

GASTOS COM FINANCIAMENTO							
Rubricas	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Juros e gastos similares suportados	134 089,06	120 740,38	101 183,66	55 177,79	53 169,84	43 361,73	41 664,30

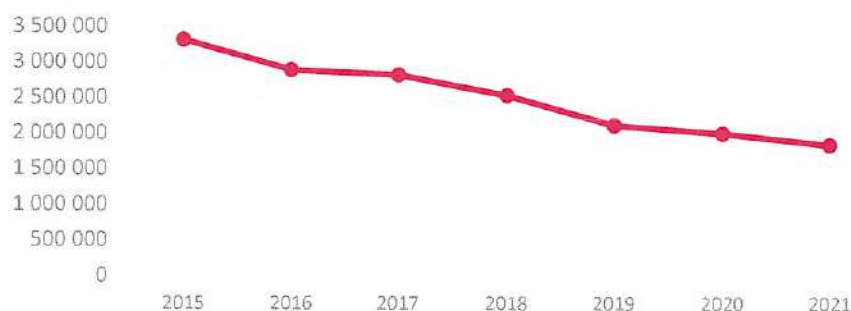


### 1.4. Financiamento

Durante parte do ano de 2021, os empréstimos bancários contraídos pela APCL no Novo Banco, Banco Montepio e BPI tiveram abrangidos pelas moratórias concedidas pelas instituições bancárias no seguimento da pandemia COVID. As moratórias que foram acordadas referiam-se apenas à carência na amortização de capital, tendo a APCL mantido o pagamento dos respetivos juros. No final do 1º trimestre de 2021, foi retomado o pagamento da amortização de capital em dois dos empréstimos. E no final do 3º trimestre de 2021, finalizou o prazo acordado para o período da moratória, sendo retomado o pagamento da amortização de capital em todos os empréstimos.

Em dezembro de 2021, foi concluído o pagamento do financiamento de 100.000€, contraído no BPI em dezembro de 2018.

FINANCIAMENTO							
Rubricas	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Total financiamento bancário	3 315 285,93	2 892 881,74	2 821 868,34	2 536 006,25	2 116 252,16	2 006 084,42	1 845 941,43



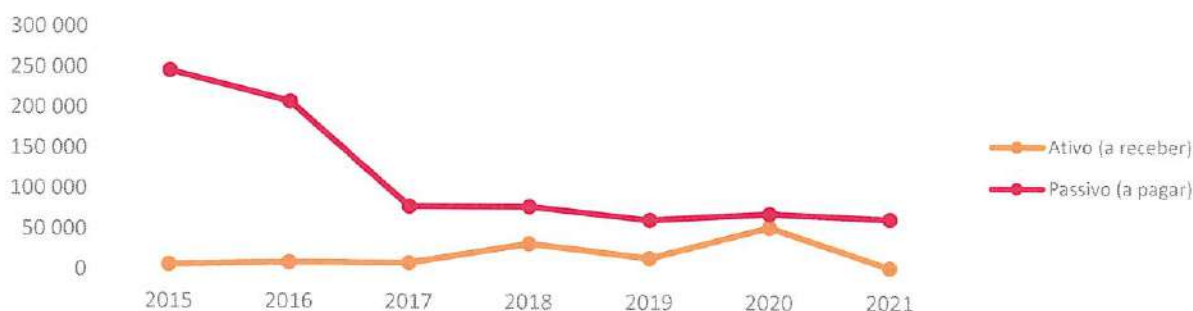


## 1.5. Estado

Não existem dívidas a pagar ao Estado (Autoridade Tributária e Segurança Social), em mora.

Os valores a pagar registados em dezembro de 2021 referem-se às contribuições para a Segurança Social por parte do trabalhador e às retenções em IRS. Estes valores foram pagos integralmente em janeiro de 2022.

OUTROS GASTOS							
Estado	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Ativo (a receber)	6 796,77	10 039,68	9 465,13	33 599,48	16 478,97	54 805,34	4 918,14
Passivo (a pagar)	246 488,96	208 548,83	79 381,41	79 423,37	63 559,63	71 508,77	65 108,37



## 1.6. Análise dos rácios de desempenho

### 1.6.1. Indicadores sobre a estrutura financeira

A **autonomia financeira** representa a percentagem do ativo da entidade que é financiado pelos capitais próprios.

A **solvabilidade** representa a capacidade da entidade fazer face aos seus compromissos financeiros, através da relação entre os capitais próprios e os capitais alheios da entidade.

ESTRUTURA FINANCEIRA							
Indicadores (%)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Autonomia financeira (capital próprio/ativo)*100	73,5%	73,4%	74,4%	76,2%	75,6%	76,3%	81,8%
Solvabilidade (capital próprio/passivo)*100	276,9%	276,6%	290,7%	310,8%	309,4%	321,9%	449,8%

### 1.6.2. Indicadores de liquidez

Os indicadores de liquidez revelam que recursos a entidade tem disponíveis para fazer face às suas obrigações com terceiros.

O indicador de **liquidez geral** representa a capacidade que a entidade tem para cumprir os seus compromissos a curto prazo (12 meses).

O indicador de **liquidez imediata** indica a capacidade que a entidade tem em pagar as dívidas, num cenário em que deixava imediatamente de ter receitas.

Em ambos os casos, fica claro que a APCL é altamente dependente das transferências dos subsídios mensais, em especial por parte do Instituto da Segurança Social.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including 'M. Ch.', 'Al', and 'G'.

LIQUIDEZ							
Indicadores (%)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Liquidez geral (ativo corrente/passivo corrente)*100	21,2%	34,2%	67,1%	51,7%	61,1%	48,2%	20,6%
Liquidez imediata (caixa e depósitos bancários/passivo corrente)*100	4,9%	3,6%	9,6%	6,7%	5,9%	7,0%	7,7%

### 1.6.3. Indicadores de endividamento

O indicador do **custo dos financiamentos obtidos** resulta da relação entre o valor dos juros suportados com os financiamentos obtidos.

ENDIVIDAMENTO							
Indicadores (%)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Custo financiamentos obtidos (juros suportados/financiamentos obtidos)*100	4,0%	4,2%	3,6%	2,2%	2,5%	2,2%	2,3%

### 1.6.4. Ponto crítico e margem de segurança

O indicador do **ponto crítico** corresponde ao nível de atividade (ou seja, o total de rendimentos) que a entidade deve garantir para conseguir manter em funcionamento a sua estrutura, ou seja, em que o resultado operacional é igual a zero.

A **margem de segurança** compara o nível de rendimentos total com o ponto crítico, permitindo aferir o intervalo de segurança existente.

PONTO CRÍTICO E MARGEM DE SEGURANÇA							
Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Ponto crítico (gastos fixos)/(1-(gastos variáveis/volume de negócios))	3 261 779,55	3 301 101,20	3 124 535,20	3 513 409,95	3 750 656,29	3 774 510,36	3 906 543,78
Margem de segurança (volume de negócios atual/ponto crítico)-1	14%	13%	18%	09%	8%	8%	8%



J

J  
M  
A  
Q

## 2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NOTAS EXPLICATIVAS





*Handwritten notes:*  
S  
M  
A  
L

## Balanço e Demonstração de resultados

- Demonstração de Fluxos de Caixa
- Demonstração individual das alterações dos Fundos Patrimoniais

*Handwritten initials and marks:*  
b  
ef  
AL  
G

## ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA

NIPC: 506610624

Balanço Individual a 31 de dezembro de :

RUBRICAS	Notas	Unidade monetária (1)		
		Periodos		
		2021	2020	2019
<b>ACTIVO</b>				
<b>Activo não corrente</b>				
Activos fixos tangíveis	5	14 212 588,47	14 596 890,25	14 840 136,01
Activos intangíveis	6	3 416,23	8 070,06	13 473,24
Investimentos financeiros	17.1	36 635,21	31 286,81	23 905,18
		<b>14 252 639,91</b>	<b>14 636 247,12</b>	<b>14 877 514,43</b>
<b>Activo corrente</b>				
Inventários	9	2 324,42	3 075,04	4 437,56
Creditos a receber	17.3	110 384,05	84 983,22	66 739,04
Estado e outros entes públicos	17.10	4 918,14	54 805,34	16 478,97
Outros ativos correntes	17.4	149 180,46	970 647,42	1 160 639,05
Diferimentos	17.5	32 117,09	15 254,80	27 453,93
Caixa e depósitos bancários	17.7	179 292,01	193 261,85	136 856,55
		<b>478 216,17</b>	<b>1 322 027,67</b>	<b>1 412 605,10</b>
<b>Total do ACTIVO</b>		<b>14 730 856,08</b>	<b>15 958 274,79</b>	<b>16 290 119,53</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E E PASSIVO</b>				
<b>Fundos Patrimoniais</b>				
Fundos	17.8	575 579,75	575 579,75	575 579,75
Resultados transitados	17.8	(1 454 005,09)	(1 410 833,95)	(1 453 129,87)
Excedentes de revalorização	17.8	11 185 393,08	11 185 393,08	11 185 393,08
Ajustamentos / Outras variações nos Fundos Patrimoniais	17.8	1 756 162,42	1 858 554,05	1 960 945,68
<b>Resultado líquido do período</b>	17.8	<b>(11 731,55)</b>	<b>(32 947,04)</b>	<b>42 295,92</b>
<b>Total dos Fundos Patrimoniais</b>		<b>12 051 398,61</b>	<b>12 175 745,89</b>	<b>12 311 084,56</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>Passivo não corrente</b>				
Financiamentos obtidos	8	1 487 379,10	1 039 299,54	1 666 602,61
		<b>1 487 379,10</b>	<b>1 039 299,54</b>	<b>1 666 602,61</b>
<b>Passivo corrente</b>				
Fornecedores	17.9	65 403,72	220 803,09	171 154,61
Estado e outros entes públicos	17.10	65 108,37	71 508,77	63 559,63
Financiamentos obtidos	8	358 562,33	966 784,88	449 649,55
Outros passivos correntes	17.11	586 360,33	556 787,64	543 723,30
Diferimentos	17.5	116 643,62	927 344,98	1 084 345,27
		<b>1 192 078,37</b>	<b>2 743 229,36</b>	<b>2 312 432,36</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>2 679 457,47</b>	<b>3 782 528,90</b>	<b>3 979 034,97</b>
<b>Total do dos Fundos Patrimoniais e Passivo e do Passivo</b>		<b>14 730 856,08</b>	<b>15 958 274,79</b>	<b>16 290 119,53</b>

(1) - Euro

A Direcção  
  
 Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa, APCL  
 NIF: 506610624  
 Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa - APCL  
 Avenida Rainha Dona Amélia - 1600-676 Lisboa  
 NIF: 506610624

O Contabilista Certificado

*Handwritten signature of the certified accountant*

115320172

29331

*Handwritten notes:*  
 N  
 AL  
 do

**ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA**  
 NIPC: 506610624

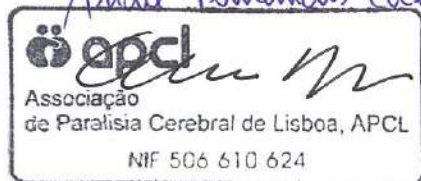
Demonstração dos resultados por naturezas no período findo em 31 de dezembro de:

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Unidade monetária (1)		
		Períodos		
		2021	2020	2019
Vendas e serviços prestados	+ 10	857 485,43	898 354,28	967 568,16
Subsídios doações e legados à exploração	+ 12	3 378 342,80	3 175 749,19	3 082 344,50
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	- 9	(172 483,69)	(151 191,72)	(169 940,99)
Fornecimentos e serviços externos	- 17.13	(572 743,45)	(594 978,43)	(689 006,88)
Gastos com pessoal	- 15	(3 023 575,72)	(2 920 886,82)	(2 767 993,60)
Outros rendimentos	+ 17.14	160 502,81	155 153,68	204 586,80
Outros gastos	- 17.15	(163 889,90)	(127 982,75)	(147 144,95)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	=	<b>463 638,28</b>	<b>434 217,43</b>	<b>480 413,04</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+ 5,6	(433 415,70)	(423 802,74)	(384 947,28)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	=	<b>30 222,58</b>	<b>10 414,69</b>	<b>95 465,76</b>
Juros obtidos	+ 17.16	56,92	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	- 17.16	(41 664,30)	(43 361,73)	(53 169,84)
<b>Resultado antes de impostos</b>	=	<b>(11 384,80)</b>	<b>(32 947,04)</b>	<b>42 295,92</b>
Imposto sobre rendimento do período	-/+	(346,75)	0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>	=	<b>(11 731,55)</b>	<b>(32 947,04)</b>	<b>42 295,92</b>

(1) - Euro

A Direcção

*Handwritten signature: André Fernandes Coelho*



O Contabilista Certificado

António Jaime Batista Domingos

*Handwritten signature: António Jaime Batista Domingos*

115320172

29331



*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

**ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA**  
NIPC: 506610624

Demonstração individual de fluxos de caixa do período findo em:

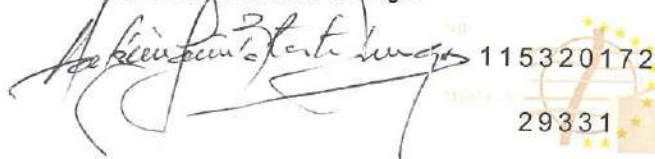
RUBRICAS	NOTAS	Unidade monetária (1)	
		Períodos 2021	2020
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes	+	862 562,64	869 873,61
Pagamentos a fornecedores	-	(738 208,52)	(1 047 471,66)
Pagamentos ao pessoal	-	(2 087 833,68)	(1 946 894,87)
Caixa gerada pelas operações	+/-	(1 963 479,56)	(2 124 492,92)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+		0,00
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	2 042 523,97	2 323 668,77
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>	<b>+/-</b>	<b>79 044,41</b>	<b>199 175,85</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis	-	(26 329,95)	(92 224,45)
Activos intangíveis	-		
Investimentos financeiros	-		
Outros activos	-		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis	+		
Activos intangíveis	+		
Investimentos financeiros	+		
Outros activos	+		
Subsídios ao investimento	+		
Juros e rendimentos similares	+		
Dividendos	+		
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>	<b>+/-</b>	<b>(26 329,95)</b>	<b>(92 224,45)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos	+		
Realizações de fundos	+		
Cobertura de prejuízos	+		
Doações	+	130 227,36	107 102,01
Outras operações de Financiamento	+	56,92	
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos	-	(155 304,28)	(147 184,78)
Juros e gastos similares	-	(41 664,30)	(10 463,33)
Dividendos	-		
Reduções de fundos	-		
Outras operações de financiamento	-		
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>	<b>+/-</b>	<b>(66 684,30)</b>	<b>(50 546,10)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)</b>		<b>(13 969,84)</b>	<b>56 405,30</b>
Efeito das diferenças de câmbio	+/-	0,00	0,00
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>+/-</b>	<b>193 261,85</b>	<b>136 856,55</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>+/-</b>	<b>179 292,01</b>	<b>193 261,85</b>

(1) - O Euro

A Direcção

O Contabilista Certificado

António Jaime Batista Domingos



## ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA

NIPC: 506610624

## Demonstração individual das alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021

Total dos Fundos Patrimoniais

		Fundos	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ ou outras variações nos fundos	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2021	1	575 579,75	(1 410 833,95)	11 185 393,08	1 856 554,05	(32 947,04)	12 175 745,89	12 175 745,89
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Excedentes de revalorização								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais								
Resultados transitados de 2012 (sentença CAAD)			16 686,54				16 686,54	
Regularização de IVA 2018			(26 910,64)				(26 910,64)	
Outras					(102 391,63)		(102 391,63)	
	2		(10 224,10)	0,00	(102 391,63)	0,00	(112 615,73)	(112 615,73)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					(11 731,55)	(11 731,55)	(11 731,55)
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3						(124 347,28)	(124 347,28)
Outras operações	5							
Aplicação resultados 2020			(32 947,04)			32 947,04	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DE 2021	6=1+2+3+5	575 579,75	(1 454 005,09)	11 185 393,08	1 756 162,42	(11 731,55)	12 051 398,61	12 051 398,61

(1) - Euro

Unidade monetária (1)

## Demonstração individual das alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2020

Total dos Fundos Patrimoniais

		Fundos	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ ou outras variações nos fundos	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2020	1	575 579,75	(1 453 129,87)	11 185 393,08	1 960 945,68	42 295,92	12 311 084,56	12 311 084,56
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Excedentes de revalorização								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			42 295,92		(102 391,62)	(42 295,92)	(102 391,62)	(102 391,62)
	2		42 295,92	0,00	(102 391,62)	(42 295,92)	(102 391,62)	(102 391,62)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					(32 947,04)	(32 947,04)	(32 947,04)
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3					(75 242,96)	(135 338,66)	(135 338,66)
Outras operações	5				(0,01)		(0,01)	(0,01)
POSIÇÃO NO FIM DE 2020	6=1+2+3+5	575 579,75	(1 410 833,95)	11 185 393,08	1 858 554,05	(32 947,04)	12 175 745,89	12 175 745,89

(1) - Euro

115320172

29331



Associação  
de Paralisia Cerebral de Lisboa, APCL  
NIF 506 610 624



*Handwritten signatures and initials:*  
b  
M  
Ch  
AR  
G

## ANEXOS E NOTAS EXPLICATIVAS



Handwritten signatures and initials: W, P, Ch, AR, C/A

## Índice

### Nota

1	Identificação da Entidade .....	20
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	20
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	20
3.1	Bases de Apresentação .....	20
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	21
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: .....	25
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	25
6	Ativos Intangíveis .....	27
7	Locações .....	28
8	Custos de Empréstimos Obtidos .....	28
9	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas .....	28
10	Rédito .....	28
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes .....	28
12	Subsídios, doações e legados à exploração .....	29
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio .....	30
14	Imposto sobre o Rendimento .....	30
15	Gastos com Pessoal.....	30
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	30
17	Outras Informações.....	30
17.1	Investimentos Financeiros .....	30
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros .....	30
17.3	Créditos a receber .....	31
17.4	Outros ativos correntes .....	31
17.5	Diferimentos .....	31
17.6	Outros Ativos Financeiros.....	31
17.7	Caixa e Depósitos Bancários .....	32
17.8	Fundos Patrimoniais.....	32
17.9	Fornecedores .....	32
17.10	Estado e Outros Entes Públicos .....	32
17.11	Outros passivos correntes .....	33
17.12	Outros Passivos Financeiros .....	33
17.13	Fornecimentos e serviços externos.....	33
17.14	Outros rendimentos.....	34
17.15	Outros gastos.....	34
17.16	Juros e gastos similares suportados .....	34
17.17	Acontecimentos após data de Balanço .....	34



## 1 Identificação da Entidade

A “Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa - APCL”, instituição sem fins lucrativos, foi constituída por escritura pública a 30 de outubro de 2003, com registo definitivo como Instituição de solidariedade Social (IPSS) com estatutos publicados no Diário da República n.º 299 de 23 de dezembro de 2004, Série III, sito em Avenida Rainha D. Amélia – Lumiar 1600-676 Lisboa. Tem como missão, apoiar e proporcionar tranquilidade às pessoas com paralisia cerebral e situações neurológicas afins e suas famílias, através do desenvolvimento máximo das suas capacidades, visando a concretização dos seus projetos de vida e o pleno exercício da cidadania.

## 2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, com as alterações e redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho.

O Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;

Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;

Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;

Normas Interpretativas (NI) – Aviso n.º 8258/2015 de 29 de julho.

## 3 Principais Políticas Contabilísticas

### 3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as normas contabilísticas em vigor.

#### 3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

#### 3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.





CF

N

AR

G

### 3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorram alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### 3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material, se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.1.5 Compensação

O relato dos ativos e passivos são apresentados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, de acordo com os critérios que têm vindo a ser adotados nos últimos exercícios.

### 3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa é divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Não se verificaram alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas não foram afetadas no presente exercício.

## 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida. Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade. As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:





Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	3 a 50
Equipamento básico	1 a 7
Equipamento de transporte	1 a 5
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	1 a 9
Outros Ativos fixos tangíveis	3 a 6

### 3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade. As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela seguinte:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	-
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	-
Outros Ativos Intangíveis	-

### 3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. Estes encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

#### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados e membros que se encontram com saldo no final do período e sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Clientes e outras contas a receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, por forma a retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a dois anos.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Handwritten signatures and initials: "Ch.", "AC", "GA".

### Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.4 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### **3.2.5 Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um efluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir Ex fluxu englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### **3.2.6 Financiamentos Obtidos**

#### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

### **3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos**

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”



Essa isenção apenas abrange os rendimentos derivados do exercício das atividades estatutárias, ficando excluídas da isenção os rendimentos de natureza comercial, industrial ou agrícola, ainda que obtidos em ligação com a atividade associativa prosseguida.

### 3.2.8 Rédito

O rédito é proveniente da venda de bens, prestação de serviços e uso de outros ativos da entidade que produzem juros ou dividendos. O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Instituição não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

Quando os serviços prestados são desempenhados por um número indeterminado de atos, durante um período específico de tempo, o rédito é reconhecido numa base de linha reta durante esse período. O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do acréscimo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Instituição e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

### 3.2.9 Subsídios e outros apoios

Os subsídios do Estado apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

### 3.2.10. Benefícios dos empregados

As contribuições da Instituição para planos de benefícios são reconhecidas como gasto no período a que respeitam, quando os empregados abrangidos pelo plano prestaram os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da Instituição. São reconhecidas como um passivo, quando um empregado tiver prestado serviços em troca de um benefício no futuro. Os benefícios dos empregados aqui incluídos são, salários,



contribuições para a regimes de proteção social, outros não monetários (cuidados médicos), bem como os benefícios por cessação de emprego. Os benefícios dos empregados são liquidados por pagamentos, efetuados diretamente aos mesmos.

São aqui incluídos empregados que prestam serviço a tempo completo, a tempo parcial ou temporários.

### 3.2.11. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço “adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

### 3.2.12. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

## 4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Em 2021 foram registados em resultados transitados, 26.910, 64 euros referentes à regularização de IVA de anos anteriores.

## 5 Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2020, evidenciando as adições, os abates e as alienações, as depreciações e outras variações, foram desenvolvidas de acordo com as seguintes tabelas:

**ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA**  
 NIPC: 506610624



Unidade monetária (1)

2021

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
		Terrenos	Edifícios							
<b>Activos</b>										
Saldo Inicial	3 425 021,03	14 397 306,87		731 425,24	241 821,07	142 676,15	5 598,00	58 570,89	0,00	19 002 419,25
Aquisições				21 393,26		4 812,39				26 205,65
Transferências										0,00
Alienações										0,00
Outras Variações					24 173,52	124,30				24 297,82
Saldo final	3 425 021,03	14 397 306,87		752 818,50	265 994,59	147 612,84	5 598,00	58 570,89	0,00	19 052 922,72
<b>Depreciações acumuladas</b>										
Saldo Inicial		0,00	3 406 156,05	674 831,37	147 997,52	142 549,78	4 189,50	29 804,78	0,00	4 405 529,00
Depreciações do exercício			366 902,75	18 137,51	37 673,05	2 465,67	719,50	2 863,39		428 761,87
Alienações										0,00
Outras variações					6 043,38					6 043,38
Alienações										0,00
Saldo final		0,00	3 773 058,80	692 968,88	191 713,95	145 015,45	4 909,00	32 668,17	0,00	4 840 334,25
Activo Líquido (1) - Euro	0,00	3 425 021,03	10 624 248,07	59 849,62	74 280,64	2 597,39	689,00	25 902,72	0,00	14 212 588,47

**ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA**  
 NIPC: 506610624

Unidade monetária (1)

2020

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
		Terrenos	Edifícios							
<b>Activos</b>										
Saldo Inicial	3 425 021,03	14 390 998,75		682 980,15	136 611,09	142 676,15	4 220,00	44 758,27	0,00	18 827 265,45
Aquisições				48 445,09	105 209,98		1 378,00	13 812,62		168 845,69
Transferências										0,00
Alienações										0,00
Outras Variações			6 308,11							6 308,11
Saldo final	3 425 021,03	14 397 306,87		731 425,24	241 821,07	142 676,15	5 598,00	58 570,89	0,00	19 002 419,25
<b>Depreciações acumuladas</b>										
Saldo Inicial		0,00	3 039 253,30	659 408,62	116 367,85	141 688,28	3 470,00	26 941,39	0,00	3 987 129,44
Depreciações do exercício			366 902,75	15 422,75	31 629,67	861,50	719,50	2 863,39		418 399,56
Alienações										0,00
Outras variações										0,00
Alienações										0,00
Saldo final		0,00	3 406 156,05	674 831,37	147 997,52	142 549,78	4 189,50	29 804,78	0,00	4 405 529,00
Activo Líquido (1) - Euro	0,00	3 425 021,03	10 991 150,82	56 593,87	93 823,55	126,37	1 408,50	28 766,11	0,00	14 596 890,25

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'AT' and 'AC'.

## 6 Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2019, foram desenvolvidas de acordo com as seguintes tabelas:

### ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA

NIPC: 506610624

Unidade monetária (1)	2021				Totais
	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade Industrial	Outros ativos intangíveis	
<b>Activos</b>					
Saldo Inicial	0,00	32 712,34	0,00	0,00	32 712,34
Aquisições					0,00
Alienações					0,00
Outras Variações					0,00
Saldo final		32 712,34	0,00	0,00	32 712,34
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Saldo Inicial		24 642,28			24 642,28
Depreciações do exercício		4 653,83			4 653,83
Alienações					0,00
Outras variações					0,00
Saldo final		29 296,11	0,00	0,00	29 296,11
<b>Activo Líquido</b>	<b>0,00</b>	<b>3 416,23</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3 416,23</b>

(1) - Euro

### ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA

NIPC: 506610624

Unidade monetária (1)	2020				Totais
	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade Industrial	Outros ativos intangíveis	
<b>Activos</b>					
Saldo Inicial		32 712,34			32 712,34
Aquisições					0,00
Alienações					0,00
Outras Variações					0,00
Saldo final		32 712,34			32 712,34
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Saldo Inicial		19 239,10			19 239,10
Depreciações do exercício		5 403,18			5 403,18
Alienações					0,00
Outras variações					0,00
Saldo final		24 642,28			24 642,28
<b>Activo Líquido</b>	<b>0,00</b>	<b>8 070,06</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8 070,06</b>

(1) - Euro



Handwritten signature and initials in blue ink.

## 7 Locações

Não foram efetuadas em 2021 quaisquer operações desta natureza.

## 8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

A 31 de dezembro de 2021 o plano de reembolso dos empréstimos, perspetivado para o ano de 2022 ascende a 358.562,33 euros, conforme quadro seguinte:

	2021		2020	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Financiamento Novo Banco nº 077027116	160 666,18 €	553 286,36 €	753 744,17 €	
Financiamento M. G. nº 00361002249	67 061,24 €	91 697,47 €	208 040,71 €	
Empréstimo BPI nº 5447868830001	113 156,86 €	842 395,27 €		983 402,54 €
Empréstimo BPI nº 5447868830003	0,00 €	0,00 €		38 380,24 €
Total - saldo conta 2513	12 678,05 €			17 516,76 €
Financiamentos BPI Confirming	5 000,00 €			
Total -saldo conta 258	0,00 €	0,00 €	5 000,00 €	0,00 €
<b>Totais</b>	<b>358 562,33 €</b>	<b>1 487 379,10 €</b>	<b>966 784,88 €</b>	<b>1 039 299,54 €</b>

## 9 Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 a rubrica "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" apresentava os seguintes valores:

CMVMC	2021	2020
Existências iniciais	3 075,04	4 437,56
Compras	171 733,07	131 344,16
Regularizações de existências	0,00	18 485,04
Existências finais	2 324,42	3 075,04
<b>Custo do exercício</b>	<b>172 483,69</b>	<b>151 191,72</b>

## 10 Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Vendas	2021	2020
Prestação de Serviços	848 676,62	861 675,35
Quotas e Jóias	2 670,00	2 440,00
Serviços secundários/Refeitório	6 138,81	34 238,93
<b>TOTAL</b>	<b>857 485,43</b>	<b>898 354,28</b>

## 11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

### Provisões

Não existem factos que justifiquem a constituição de provisões em 2021.

Handwritten signatures and initials: AP, PLS, AR, do

### Passivos contingentes

Nos passivos contingentes no exercício de 2016 foi reconhecido na rubrica “outros passivos correntes” o valor de 84.395,01 euros liquidado pela Autoridade Tributária (AT) relativo ao IMI do CRPCCG. Desde a apresentação das contas de 2018 foi alterada a denominação da rubrica do balanço para “Outras contas a pagar” resultante da aplicação da portaria 220 de 2015 aplicado pela primeira vez ao balanço de 2018. Os prédios destinados diretamente à realização dos fins da Instituição Particular de Solidariedade Social, estão isentos do pagamento deste imposto. A APCL diligenciou os procedimentos ao dispor, nomeadamente reclamação graciosa apresentada à AT e recurso hierárquico sendo os mesmos indeferidos. A Direção da APCL mantém a convicção que este processo terá um desfecho favorável à instituição e como tal recorreu em 2020 à via judicial. **A 22 de dezembro de 2020, a decisão do Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD) reconheceu a ilegalidade dos atos impugnados, determinando a anulação das liquidações de IMI, referentes, ao ano de 2012 (dos prédios urbanos identificados) bem como da decisão do recurso hierárquico que as confirmou, com todas as consequências legais. Fixou o tribunal a anulação da dívida à AT no valor de 16 686,54 euros nessa data.** O valor que por razões de prudência, foi reconhecido no balanço em 2016 na rubrica de “outras contas a pagar” especificamente na conta da contabilidade 2722603– IMI, o valor de 84.395,01 euros. Este valor foi reduzido, recorrendo à interpretação da NCRF 4 “Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros” sendo em contrapartida, movimentada a conta de resultados transitados de 2012 com o benefício (crédito) de 16.686,54 euros.

### Ativos contingentes

A Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral/Núcleo Regional do Sul, atual APCL, foi contemplada no testamento da Sr.ª Eglantina Coelho, com um quinto da quantia em dinheiro respeitante à venda de um imóvel localizado sito na Rua de Campo Maior, nº 49 em Elvas. Em ata de reunião, onde participaram as cinco instituições incluídas no testamento, foi decidido que o imóvel seria vendido por um valor nunca inferior a 100.000,00 euros. No entanto, o testamenteiro recusou essa qualidade por ato notarial de 20 de outubro de 2005, o que significa que cabia aos herdeiros (uma irmã), executar o legado. Em 2019 foi confirmado que a irmã da Sr.ª Eglantina já faleceu e que a única parente viva é a sobrinha. A situação manteve-se inalterada no decurso do exercício de 2021.

## **12 Subsídios, doações e legados à exploração**

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a Entidade apresentava os seguintes saldos:

Subsídios doações e legados à exploração	2021	2020
<b>Subsídios à exploração</b>	<b>3 248 115,44</b>	<b>3 068 647,18</b>
ISS,IP - Centro Distrital	2 749 002,34	2 646 686,74
IEFP	280 536,59	159 244,24
Autarquias	139 926,40	218 142,36
INR	14 849,52	15 921,50
IEFP-Reforço Emergência de Equip Sociais e Saúde	57 802,19	19 993,34
CML DAFD/2020 - APOIO ESPECIAL		2 955,00
SCML APOIO ESPECIAL COVID		2 000,00
IAPMEI - Apoio RMMG	1 014,00	
PCAND	4 984,40	3 704,00
<b>Doações e Heranças</b>	<b>130 227,36</b>	<b>107 102,01</b>
<b>Total</b>	<b>3 378 342,80</b>	<b>3 175 749,19</b>



Handwritten signatures and initials: *Ch*, *AC*, *Ch*

### 13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Entre 31/12/2020 e 31/12/2021, não se verificaram quaisquer alterações das taxas de câmbio.

### 14 Imposto sobre o Rendimento

Conforme já mencionado anteriormente no ponto 3.2.7. – Estado e Outros Entes Públicos, a APCL é isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). A APCL em 2021 realizou operações lucrativas relacionadas com o fornecimento de refeições para outras instituições. Esse facto originou a tributação em IRC que consta no quadro 17.10, no valor estimado de 346,75 euros.

### 15 Gastos com Pessoal

Ao serviço da APCL esteve em 2021 o número médio de 217 pessoas.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Gastos com pessoal	2021	2020
Remunerações do pessoal	2 409 187,02	2 315 122,87
Compensação rescisão contrato de trabalho	5 700,55	7 118,39
Encargos com remunerações	511 588,65	493 486,86
Seguros de acidentes de trabalho	57 984,42	63 964,56
Outros gastos com pessoal	39 115,08	41 194,14
<b>Total</b>	<b>3 023 575,72</b>	<b>2 920 886,82</b>

### 16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada.

### 17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas ainda as seguintes informações:

#### 17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Investimentos Financeiros	2021	2020
Fundo de reestruturação Sector Solidário	5 630,06	5 630,06
Fundo Compensação trabalho	31 005,15	25 656,75
<b>Total</b>	<b>36 635,21</b>	<b>31 286,81</b>

O montante 5.630,06 euro refere-se a retenções efetuadas pelo ISS, I.P. a favor FRSS - Fundo de Reestruturação do Sector Solidário.

#### 17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, apresentava os seguintes saldos:

Fundadores Bene.Patroc. Doadores/Associados/Membros	2021	2020
<b>ACTIVO</b>		
<b>PASSIVO</b>	0,00	0,00
	0,00	0,00



### 17.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Creditos a receber	2021	2020
Utentes valor Bruto	120 445,77	95 044,94
Utente cobrança duvidosa	21 646,82	21 646,82
Utentes perdas por imparidade	-31 708,54	-31 708,54
<b>Utentes - Valor liquido</b>	<b>110 384,05</b>	<b>84 983,22</b>

As rubricas de “Utente cobrança duvidosa” e “Utentes perda por imparidade” foram constituídas em períodos anteriores a 2017 e os valores respetivos serão reavaliados no exercício de 2022. Esta em curso o processo de conferencia de contas que se espera que seja conciliado no 2º trimestre de 2022.

### 17.4 Outros ativos correntes

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Outros ativos correntes	2021			2020		
	Valor Bruto	Perda Imparidade	Valor Liquido	Valor Bruto	Perda Imparidade	Valor Liquido
Pessoal	0,00		0,00	53,69		53,69
Devedores p/ acrescimo de rendimentos	13 184,73		13 184,73	2 195,31		2 195,31
Associados / Quotas	23 540,11		23 540,11	24 537,77		24 537,77
Outros devedores	6 877,14		6 877,14	24 827,35		24 827,35
Projectos/subsidios	100 172,38		100 172,38	910 873,74		910 873,74
Fornecedores c/c	13 527,94	8 121,84	5 406,10	16 281,40	8 121,84	8 159,56
<b>Utentes - Valor liquido</b>	<b>157 302,30</b>	<b>8 121,84</b>	<b>149 180,46</b>	<b>978 769,26</b>	<b>8 121,84</b>	<b>970 647,42</b>

Em 2021 não se verificou a necessidade de alterar o valor das perdas por imparidades relativamente a fornecedores, mantendo-se o valor de 8.121,84 euros de 2020.

### 17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Diferimentos	2021	2020
<b>ACTIVO</b>		
<b>Gastos a reconhecer</b>	<b>32 117,09</b>	<b>15 254,80</b>
Rendas e alugueres	1 316,92	
Vigilância e segurança	326,34	
Conservação e reparação de equipamentos	667,78	
Seguros	29 710,05	
<b>PASSIVO</b>		
<b>Rendimentos a reconhecer</b>	<b>116 643,62</b>	<b>927 344,98</b>
Camara Municipal de Lisboa	46 016,59	
Projetos e programas	70 627,03	

### 17.6 Outros Ativos Financeiros

Não aplicável

### 17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Caixa e Depósitos bancários	2021	2020
Caixa	2 129,85	3 108,82
Depositos à ordem	172 011,48	181 502,35
Depositos a prazo	5 150,68	8 650,68
<b>Total</b>	<b>179 292,01</b>	<b>193 261,85</b>

### 17.8 Fundos Patrimoniais

No período de 2021 ocorreram as seguintes variações nos fundos patrimoniais. Na contabilidade de 2021 mantiveram-se segregados os saldos correspondentes aos “Resultados transitados” e “Excedentes de revalorização”.

2021					
Fundos Patrimoniais	Saldo Inicial	Aplicação resultados líquidos	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	575 579,75				575 579,75
Resultados transitados	-1 410 833,95	-32 947,04	16 686,54	-26 910,64	-1 454 005,09
Excedentes de revalorização	11 185 393,08				11 185 393,08
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	1 858 554,05			-102 391,63	1 756 162,42
Resultado líquido do período	-32 947,04	32 947,04		-11 731,55	-11 731,55
<b>Totais</b>	<b>12 175 745,89</b>	<b>0,00</b>	<b>16 686,54</b>	<b>-141 033,82</b>	<b>12 051 398,61</b>

2020					
Fundos Patrimoniais	Saldo Inicial	Aplicação resultados líquidos	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	575 579,75				575 579,75
Resultados transitados	-1 453 129,87	42 295,92			-1 410 833,95
Excedentes de revalorização	11 185 393,08				11 185 393,08
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	1 960 945,67			-102 391,62	1 858 554,05
Resultado líquido do período	42 295,92	-42 295,92		-32 947,04	-32 947,04
<b>Totais</b>	<b>12 311 084,55</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-135 338,66</b>	<b>12 175 745,89</b>

Foi registado nos resultados transitados de 2012 a decisão favorável do CAAD sobre a anulação da dívida à AT no valor de 16 686,54 euros, conforme explicado na nota 11. Também foi registado em resultados transitados de 2018, o valor de 26.910,64 euros referentes ao IVA não reembolsável desse período.

### 17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” em 2021 e 2020 são os seguintes:

Fornecedores	2021	2020
Fornecedores c/c	65 403,72	150 246,93
Fornecedores de investimentos	0,00	70 556,16
<b>Total</b>	<b>65 403,72</b>	<b>220 803,09</b>

### 17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:



Estado e Outros entes Públicos	2021	2020
<b>ACTIVO</b>		
Imposto s/ Rendimentos - retenções	275,86	139,80
Imposto s/ Rendimentos - Pessoas singulares (IRS)	62,83	62,83
Imposto Valor Acrescentado (IVA) *	4 579,45	54 602,71
<b>TOTAL</b>	<b>4 918,14</b>	<b>54 805,34</b>
<b>PASSIVO</b>		
Imposto s/ Rendimentos - a recuperar	40,84	40,84
Imposto s/ Rendimentos - estimado	346,75	
Imposto s/ Rendimentos - Pessoas singulares (IRS)	17 541,80	15 265,64
Imposto Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Segurança Social	44 002,13	53 197,51
Outros impostos e taxas	3 176,85	3 004,78
<b>TOTAL</b>	<b>65 108,37</b>	<b>71 508,77</b>

\*O IVA não recuperável; relativo ao Imobilizado 2016 e janeiro a junho de 2017 no valor de 26.910,64 euros foi reconhecido nos resultados transitados em 2021 (ver nota 17.8). Foi transferido para a conta do imobilizado o valor de IVA no montante de 24153,72 euros relativo ao IVA de duas viaturas não dedutível. Estes dois valores integravam o valor de 54.602,71 euros de 2020. Em 2021 o quadro seguinte explica o valor inscrito na conta do ativo do IVA.

* Decomposição da rubrica "Imposto Valor Acrescentado" (IVA)	2021
Credito de imposto da declaração do IVA 12T 2021	336,63
Restituição de IVA às IPSS - Actividade de Alimentação e Imobilizado	4 242,82
<b>TOTAL</b>	<b>4 579,45</b>

### 17.11 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Outros passivos correntes	2021	2020
Pessoal	0,00	17 380,75
Clientes c/c saldo credor	12 237,16	11 020,57
Credores por acréscimos	186 472,26	180 720,65
Estimativa de férias e subsídio de férias	365 785,71	327 809,74
Outros credores	21 865,20	19 855,93
<b>Total</b>	<b>586 360,33</b>	<b>556 787,64</b>

### 17.12 Outros Passivos Financeiros

Não aplicável.

### 17.13 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Fornecimentos e serviços externos	2021	2020
Subcontratos	492,06	
Serviços especializados	277 712,40	299 067,54
Materiais	26 796,01	24 035,61
Energia e fluidos	151 787,50	154 866,25
Deslocações, estadas e transportes	2 739,38	1 756,61
Serviços diversos	113 216,10	115 252,42
<b>Total</b>	<b>572 743,45</b>	<b>594 978,43</b>



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'cf.', 'AL', and 'cf.'.

### 17.14 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" desdobra-se da seguinte forma:

Outros rendimentos	2021	2020
Rendimentos suplementares	57 326,54	51 244,05
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	5,00
Rendimentos e ganhos em invest. n/ financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos	103 176,27	103 904,63
<b>Total</b>	<b>160 502,81</b>	<b>155 153,68</b>

### 17.15 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros gastos	2021	2020
Impostos	199,58	1 073,78
Dividas incobráveis	0,00	1 539,35
Outros gastos e perdas	596,00	0,00
Correções relativas a períodos anteriores	11 278,12	0,00
Gastos c/ apoios concedidos a associados e utentes	151 816,20	125 369,62
<b>Total</b>	<b>163 889,90</b>	<b>127 982,75</b>

### 17.16 Juros e gastos similares suportados

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Resultados financeiros	2021	2020
<b>Gastos</b>		
Juros de financiamento	41 177,77	42 679,78
Juros de mora e compensatórios	0,00	79,59
Outros juros (locações financeiras)	486,53	602,36
<b>Juros e gastos similares suportados TOTAL</b>	<b>41 664,30</b>	<b>43 361,73</b>
<b>Rendimentos</b>		
Juros obtidos	56,92	0,00
<b>Juros e rendimentos similares obtidos TOTAL</b>	<b>56,92</b>	<b>0,00</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>-41 607,38</b>	<b>-43 361,73</b>

### 17.17 Acontecimentos após data de Balanço

No primeiro trimestre de 2022, o Governo decidiu levantar algumas das medidas restritivas de conduta sanitária e isolamento social, impostas no combate à pandemia Covid 19 desde 11 de março de 2020. A atividade da APCL não foi imune a acontecimentos desta natureza e grandiosidade, nem às medidas que inevitavelmente os governantes tiveram de decretar com forte repercussão na atividade económica transversal a todos os sectores da economia. Tendo como principal objetivo a minimização do impacto nas respostas sociais da APCL, até à data do presente relatório, já é possível confirmar que se verifica um êxito relativo, na manutenção dos serviços prestados por esta IPSS no âmbito do seu objeto estatutário. O esperado sucessivo desagravamento em 2022, das restrições sanitárias e de distanciamento social impostas governamentalmente no período pandémico, deverão continuar e conseqüentemente também a expectativa de uma melhoria significativa a todos os níveis da atividade da APCL no exercício de 2022. Os possíveis efeitos que decorrem da normalização progressiva da vida social e conseqüentemente, da atividade económica, permitem encarar o exercício de 2022, com moderado otimismo.

*Handwritten signature and initials in the top right corner.*

Em janeiro de 2022 transitou em julgado a condenação da APCL ao pagamento 6.875,30 euros, resultante do processo da dívida de IMI já descrito na nota 11. Sem qualquer possibilidade de recurso a APCL foi condenada ao pagamento de 6875,30 euros, valor pago em março do corrente exercício.

Estas demonstrações financeiras vão ser aprovadas pelos associados em Assembleia Geral a realizar em 25 de maio de 2022.

Lisboa, 22 de maio de 2022

A Direção

*Handwritten signature: André Fernandes Coelho*



O Contabilista Certificado

115320172

29331

*Handwritten signature of the Certified Accountant*





### 3. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa encerrou as contas relativas ao exercício de 2021 com um Resultado Líquido negativo no valor de **11.731,55 euros**.

A Direção propõe à Assembleia Geral que o referido Resultado Líquido seja integrado na conta “Resultados Transitados”.